



EDITAL

PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA A 11 DE ABRIL DE 2018, DESTINADAS A TER EFICÁCIA EXTERNA

--- Bernardino António Bengalinha Pinto, Presidente da Câmara Municipal do concelho de Viana do Alentejo:

--- Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tornam-se públicas as deliberações supra indicadas, publicitando-as neste edital a afixar nos lugares de estilo, no sítio da Internet do Município, no Boletim Municipal e no Jornal Regional “Diário do Sul”:

- Foi aprovado o auto de medição n.º 6, no montante de 96.755,55 €, relativo à Empreitada de Requalificação do Espaço Público do Centro Histórico de Alcáçovas.
- Foi aprovada uma proposta de Protocolo de Parceria a celebrar com a Associação Portuguesa da Qualidade de Vida, visando a colaboração em todas as atividades que venham a ser desenvolvidas, no âmbito da promoção da qualidade de vida.
- Foi aprovado o Projeto de Regulamento Municipal dos Expositores das Atividades Económicas da Feira Anual das Alcáçovas “Feira do Chocalho”. O referido Projeto de Regulamento será publicado na 2.ª Série do Diário da República para efeitos de consulta pública, pelo prazo de trinta dias úteis, a contar da data da respetiva publicação.
- Foi deliberado desencadear o procedimento de elaboração do Regulamento Municipal da I Mostra Agropecuária da Feira do Chocalho.
- Foi deliberado desencadear o procedimento de elaboração do Regulamento Municipal dos Expositores das Atividades Económicas da Feira Anual de Viana do Alentejo “Feira D’Aires”.
- Ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, foi deliberado conceder apoio em espécie, no âmbito da Oficina Domiciliária, ao titular do cartão n.º 702 – Romão António Batalha Mira – Substituição de janela.
- Foi deliberado fixar os preços dos seguintes produtos de promoção da Romaria a Cavalo, nos termos da proposta da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano:
 - a) Chapéu com fita – 2,50 € (IVA incluído);
 - b) Saco tipo mochila – 1,50 € (IVA incluído);
 - c) Guarda-chuva – 3,50 € (IVA incluído);
 - d) Pulseira – 1,00 € (IVA incluído);
 - e) Boné – 4,50 € (IVA incluído).
- Foi ratificado o despacho do senhor Presidente de 27 de março de 2018 que aprovou o auto de medição único relativo à Empreitada de Pintura da Nova Biblioteca de Viana do Alentejo, no montante de 6.965,10 €.



- Foi ratificado o despacho do senhor Presidente de 20 de março de 2018 que atribuiu à aluna Luana dos Anjos Nascimento, subsídio de almoço no escalão A, no âmbito da Ação Social Escolar. Esta aluna frequenta o 1.º Ciclo do Ensino Básico em Viana do Alentejo e tem beneficiado de subsídio de almoço no escalão B, na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 23 de agosto de 2017. A alteração ora verificada decorreu da reavaliação da situação da aluna efetuada pela Segurança Social.
- Foi deliberado transferir para a Associação Equestre de Viana do Alentejo, a importância de 900,00 €, como comparticipação nas despesas inerentes à organização de atividades no âmbito da Romaria a Cavalo.
- Foi deliberado transferir para a Associação de Convívio dos Reformados de Alcáçovas, a importância de 400,00 €, como comparticipação nas despesas inerentes às comemorações do 36.º aniversário da Associação.
- Foi deliberado transferir para a ADIA – Associação de Defesa dos Idosos de Aguiar, a importância de 300,00 €, como comparticipação nas despesas inerentes à contratação de serviços técnicos de contabilidade.
- Ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Modalidades Desportivas, foi deliberado transferir para a Sociedade União Alcaçovense a importância de 95,04 €, relativa a transporte dos meses de fevereiro e março de 2018 (Ténis de Mesa).
- Dado que a candidatura ao financiamento da Empreitada de Construção do Centro Social de Aguiar só poderá ser submetida no próximo mês de junho, prevendo-se, por esse motivo, que não venha a existir despesa no corrente ano, por conta deste projeto, a distribuição de verbas para este projeto, evidenciada no Plano Plurianual de Investimentos em execução, aprovado pela Assembleia Municipal a 21 de dezembro de 2017, não se irá concretizar (em 2018 – 70.000,00 € e em 2019 – 735.200,00 €). Na presente data, a previsão da despesa relativa ao projeto em causa é a seguinte:
 - a) Em 2019 – 611.850,00 €;
 - b) Em 2020 – 203.950,00 €.Assim e uma vez que o procedimento conducente à adjudicação desta Empreitada será despoletado em 2018 mas os encargos orçamentais decorrentes só terão lugar nos anos de 2019 e 2020, foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal a necessária autorização para o efeito.
- Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual relativa ao processo n.º 232/17, cuja requerente é Madalena Celeste Serra Sim Sim, foi deliberado deferir o pedido de legalização da obra sita em Curralinho – Alcáçovas.
- Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual relativa ao processo n.º 2VN/08, cuja requerente é a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, foi deliberado notificar a entidade requerente para apresentar, no prazo de trinta dias a contar da receção da notificação, o pedido de legalização das obras realizadas no Largo 1.º de Maio, em Aguiar, em desconformidade com o projeto aprovado e com as condições do licenciamento.



- Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual relativa ao processo n.º 2/16, cuja requerente é Maria José da Silva Anacleto, foi deliberado notificar a requerente para apresentar, no prazo de trinta dias a contar da receção da notificação, o pedido de legalização da obra executada sem título, na Rua da Pedreira, n.º 37, em Alcáçovas.
- Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual relativa ao processo n.º 33/18, cujo requerente é Manuel Joaquim Saldanha, foi deliberado notificar o requerente para apresentar, no prazo de quinze dias a contar da receção da notificação, os elementos necessários para completar o pedido de legalização da obra realizada na Horta do Fialho, em Viana do Alentejo.
- Nos termos da Informação Técnica da Divisão de Administração Urbanística e Processual relativa ao processo n.º 45/14, cuja requerente é Andreia Jacinta Louro Grave, foi deliberado notificar a requerente para apresentar, no prazo de trinta dias a contar da receção da notificação, o projeto de legalização referente à obra realizada no Bairro da Lage, Rua dos Combatentes do Ultramar, n.º 2, em Alcáçovas.
- Foi deliberado proceder à colocação de sinal de proibição de estacionamento na Rua Dr. Manuel Dâmaso Prates, em Viana do Alentejo, desde a Praça da República até ao cruzamento com a Rua Teófilo Braga, às segundas, quartas e sextas-feiras, entre as sete e as nove horas, para que a passagem do veículo da recolha de resíduos sólidos urbanos ocorra sem impedimentos.
- Foi deliberado proceder à cessação dos seguintes procedimentos concursais, fundamentados na recente entrada em vigor da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o Programa de Regularização de Vínculos Precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes sem vínculo jurídico adequado:
 - a) Um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Recursos Humanos, aberto pelo Aviso n.º 8530/2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 146, de 31 de julho de 2017;
 - b) Um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Desporto, aberto pelo Aviso n.º 8531/2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 146, de 31 de julho de 2017;
 - c) Um posto de trabalho de Técnico Superior na área de Sociologia, aberto pelo Aviso n.º 8532/2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 146, de 31 de julho de 2017;
 - d) Um posto de trabalho de Assistente Técnico (Aprovisionamento), aberto pelo Aviso n.º 108781/2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 182, de 20 de setembro de 2017;
 - e) Um posto de trabalho de Assistente Técnico (Audiovisual), aberto pelo Aviso n.º 54/2018, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 1, de 2 de janeiro de 2018;
 - f) Um posto de trabalho de Assistente Operacional (Limpeza), aberto pelo Aviso n.º 11987/2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 193, de 6 de outubro de 2017;
 - g) Um posto de trabalho de Assistente Operacional (Calceteiro), aberto pelo Aviso n.º 8529/2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 146, de 31 de julho de 2017;
 - h) Um posto de trabalho de Assistente Operacional (Carpinteiro), aberto pelo Aviso n.º 8527/2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 146, de 31 de julho de 2017;



- i) Um posto de trabalho de Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, aberto pelo Aviso n.º 12407/2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 199, de 16 de outubro de 2017;
- j) Um posto de trabalho de Assistente Operacional (Cabouqueiro), aberto pelo Aviso n.º 8528/2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 146, de 31 de julho de 2017.
- Foi deliberado reconhecer o caráter permanente das seguintes funções exercidas bem como a possibilidade de regularização das pessoas que as exercem, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários:
 - 1) 15 Técnicos Superiores, a exercerem as seguintes funções:
 - 1 na área de Recursos Humanos;
 - 1 na área de Ciência Política e Relações Internacionais;
 - 2 a exercerem funções na área de Desporto;
 - 1 a exercer funções na área de História;
 - 1 a exercer funções na área de Artes Visuais e Multimédia;
 - 1 a exercer funções na área das Ciências da Educação;
 - 1 a exercer funções na área do Jornalismo Internacional;
 - 3 a exercerem funções na área de Animação Sociocultural;
 - 1 a exercer funções na área de Sociologia;
 - 1 a exercer funções na área de Arquitetura Paisagista;
 - 1 a exercer funções na área de Arquitetura e do Ambiente;
 - 1 a exercer funções na área de Economia.
 - 2) 1 Especialista de Informática, a exercer funções de grau 1, nível 2.
 - 3) 4 Assistentes Técnicos a exercerem as seguintes funções:
 - 1 na área do Aprovisionamento e do Expediente;
 - 1 na área do Audiovisual;
 - 1 na área do Apoio Administrativo da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano;
 - 1 na área de Apoio Administrativo e Técnico ao Serviços de Águas.
 - 4) 21 Assistentes Operacionais:
 - 7 na área do Serviço de Limpeza das Instalações Municipais;
 - 5 no Apoio à Educação Pré-Escolar;
 - 1 Calceteiro;
 - 1 Carpinteiro;
 - 1 Pedreiro;
 - 1 Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais;
 - 2 Cabouqueiros;
 - 3 Auxiliares de Serviços Gerais.
- Foi tomado conhecimento por parte da Câmara de que é sua competência reconhecer os opositores obrigatórios aos procedimentos concursais de regularização, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.



- Foi tomado conhecimento por parte da Câmara de que no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, é aplicável à Administração Central a Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, alterada pela Portaria n.º 331/2017, de 3 de novembro, que prevê a constituição de CAB – Comissões de Avaliação Bipartida que correspondem a trabalho subordinado, sem vínculo jurídico adequado. O artigo 17.º dessa Portaria refere expressamente que a mesma não se aplica à Administração Local, embora o n.º 5 do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro preveja a possibilidade de ser adotado nas Autarquias Locais o procedimento previsto na Portaria já referida, designadamente quanto à constituição das CAB - Comissões de Avaliação Bipartida, com as necessárias adaptações. Tendo em conta que não existe obrigatoriedade legal quanto à constituição destas comissões e que a sua composição para a Administração Central, no artigo 4.º da Portaria já referida, não tem correspondência com a realidade da Administração Local, considera-se que no contexto da regularização extraordinária de vínculos precários neste Município, não deva ser constituída a CAB - Comissão de Avaliação Bipartida.

Foi tomado igualmente conhecimento por parte da Câmara de que a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, prevê que a Câmara Municipal reconheça os postos de trabalho que estão a ser ocupados por pessoas sem vínculo jurídico adequado mas não determina que os procedimentos de regularização extraordinária incluam obrigatoriamente uma fase de apresentação de requerimentos por parte dos trabalhadores. Dado que a Câmara procedeu ao reconhecimento de todos os postos de trabalho precários e definiu o universo de opositores obrigatórios a cada futuro procedimento concursal de regularização, considera-se não haver qualquer mais-valia na definição de uma fase de apresentação de requerimentos por parte dos trabalhadores, com a economia processual e temporal que daí advém.

Perante o exposto, foi deliberado:

- a) Que no âmbito dos procedimentos de regularização extraordinária de vínculos precários não seja constituída a CAB - Comissão de Avaliação Bipartida;
 - b) Que no âmbito dos procedimentos de regularização extraordinária de vínculos precários não seja fixada uma fase de prévia apresentação de requerimentos por parte dos trabalhadores.
- Foi aprovada a primeira proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2018, consubstanciada, por um lado, na necessidade de acréscimo de postos de trabalho, necessidade decorrente da aplicação da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que estabelece o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários e, por outro lado, na necessidade de prever a ocupação de um posto de trabalho de Assistente Técnico por parte de um trabalhador atualmente integrado na carreira de Assistente Operacional, permitindo assim a concretização de uma situação de mobilidade intercarreiras, dentro do próprio Organismo.

A proposta de alteração ao Mapa de Pessoal é então a seguinte, a qual será submetida à Assembleia Municipal:

1) Na carreira de Técnico Superior, acréscimo de 8 postos de trabalho:

- 1 Posto de trabalho na área de Ciência Política e Relações Internacionais;
- 1 Posto de trabalho na área de Desporto;
- 1 Posto de trabalho na área de História;
- 2 Postos de trabalho na área de Animação Sócio-Cultural;



- 1 Posto de trabalho na área de Arquitetura Paisagista;
 - 1 Posto de trabalho na área de Arquitetura e Ambiente;
 - 1 Posto de trabalho na área de Economia.
- 2) Na carreira de Especialista de Informática, acréscimo de um posto de trabalho de Especialista de Informática, Grau 1, Nível 2.
- 3) Na carreira de Assistente Técnico, acréscimo de 2 postos de trabalho:
- 1 Posto de trabalho para apoio administrativo geral para a Divisão de Desenvolvimento Social e Humano;
 - 1 Posto de trabalho para apoio administrativo e técnico ao Serviço de Águas.
- 4) Na carreira de Assistente Operacional, acréscimo de 16 postos de trabalho:
- 1 Posto de trabalho de Pedreiro;
 - 1 Posto de trabalho de Cabouqueiro;
 - 3 Postos de trabalho de Auxiliar de Serviços Gerais para os Serviços Externos;
 - 6 Postos de trabalho de Auxiliar de Serviços Gerais para os Serviços de Limpeza de Instalações Municipais;
 - 5 Postos de trabalho de Auxiliar de Serviços Gerais para exercício de funções na Área de Ação Educativa de Apoio ao Ensino Pré-Escolar.
- 5) Na carreira de Assistente Técnico, acréscimo de 1 posto de trabalho para permitir a concretização de uma situação de mobilidade intercarreiras, dentro do próprio Organismo.
- Foi deliberado aprovar os Documentos de Prestação de Contas relativos à Gerência de 1 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017, bem como transferir o resultado líquido negativo (- 822.430,89€) para a conta 59 - Resultados Transitados.
 - Foi deliberado aprovar a primeira proposta de Revisão ao Orçamento da Receita.
 - Foi deliberado aprovar a primeira proposta de Revisão ao Orçamento da Despesa.

--- E para os efeitos já antes referidos se publicou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos habituais. -----

Paços do Município de Viana do Alentejo, 13 de abril de 2018

O Presidente da Câmara,